

RESUMO

A Escola Médica de Angola de 1791 está contida em uma conjuntura ilustrada, sendo reflexo das reformas que atingiram a universidade de Coimbra em 1772 e transformaram a prática médica em Portugal e em algumas possessões ultramarinas. A ciência pragmática difundida pela ilustração, que atingia todos os setores sociais, chegou ao espaço ultramarino da África Centro - Ocidental e África Oriental portuguesa no último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX. Tais locais, marcados pelo comércio escravista, extensão da circulação de mercadorias, pessoas e ideias, teceu uma rede de sociabilidades que estimulou o erguer de hospitais, escolas médicas e hospícios religiosos, pois a saúde dos povos fazia parte da agenda dos Estados modernos, que usou a ciência a seu serviço, colocando o conhecimento como objeto de negociação para a sua manutenção nos sertões ultramarinos. Nosso objeto de estudo, assim como outras instituições, alimentou a rede de informações portuguesa reelaborando saberes médicos no continente africano, fazendo circular diversos saberes de cura africana por meio de ofícios, relatórios, manuais médicos, amostras de plantas e pela transmissão oral entre os pares africanos, do local para o global. A atuação dos homens de ciência, muitas vezes funcionários dos Estados, súditos do Antigo Regime, que além de buscar a elevação social no ultramar, na medida do possível, suprimam a teia de informações portuguesas, promovendo a circulação de saberes, adicionando conhecimentos aos físicos-mores, cirurgiões e barbeiros/sangradores com saberes africanos, que foram introduzidos em farmacopeias europeias, manuais médicos circulantes nos sertões do ultramar e em rituais religiosos como o calundu no interior da América portuguesa. Por meio da trajetória desses, estimulou-se a criação de uma legislação para hospitais militares fixos como lugares de ciência, como atuou a Escola Médica de Angola de 1791 e o Hospital de Todos - os - Santos em Portugal, naquele momento.